



A RNPI Rede Nacional Primeira Infância é um foro de articulação de organizações que atuam na proteção, promoção e garantia dos direitos de crianças de até 6 anos. Prêmio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos na categoria Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2015

NOTA

MICROCEFALIA

GT SAÚDE – REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA (RNPI)

O GT SAÚDE da RNPI preocupado com a epidemia de microcefalia que atinge o país realizou uma reunião extraordinária no dia 07/12/2015, via Skype.

A preocupação diz respeito aos bebês recém-nascidos, gestantes, com a saúde ambiental e com as doenças neurológicas que estão se manifestando.

O GT Saúde tem como propostas:

1. Manter-se alinhado às orientações do Ministério da Saúde e ações das Secretarias Estaduais de Saúde;
2. Divulgar os protocolos, orientações do Ministério da Saúde e da FIO-CRUZ, e divulgar o material produzido pela Fundação Abrinq utilizando os canais de comunicação das organizações da RNPI;
3. Atuar junto às Redes Estaduais Primeira Infância visando fortalecer o trabalho das organizações estaduais junto aos municípios.

**SECRETARIA
EXECUTIVA**

(2015/2017)



CECIP Centro de Criação de Imagem Popular

✉ secretariaexecutivarnpi@primeirainfancia.org.br
Rua da Glória, 190/202 • Rio de Janeiro, RJ • 20241-180
☎ (21) 2509 3812 • www.primeirainfancia.org.br

GT SAÚDE/RNPI

Ana Elizabeth Lima – Programa Mãe Coruja Pernambucana
Eduardo Taveira – Fundação Amazonas Sustentável (FAS)
Evelyn Eisenstein – Centro de Estudos Integrados, Infância, Adolescência e Saúde (CEIIAS)
Flávia Figueiredo – Estratégia Brasileirinhas e Brasileirinhos Saudável (EBBS)
Flávio Debique – Plan Brasil
Gabriela Freitas – Criança Segura
Giuliana Chiapin – Primeira Infância Melhor (PIM – RS)
Karina Lira – Visão Mundial
Katherine Benevides – Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas
Leila Almeida - Primeira Infância Melhor (PIM – RS)
Letícia Almeida – Fundação José Luiz Egydio Setúbal - Hospital Infantil Sabará
Liliana Lugarinho – Estratégia Brasileirinhas e Brasileirinhos Saudável (EBBS)
Liliane Penello – Estratégia Brasileirinhas e Brasileirinhos Saudável (EBBS)
Luzia Lafitte – Instituto da Infância (IFAN)
Márcia Machado – Universidade Federal do Ceará
Márcia Thomazinho – Fundação Abrinq
Neilza Buarque – Visão Mundial
Patrícia Sampaio – Plan Brasil
Paula Crenn Pisaneschi – United Way
Rhamilly Amud – Fundação Amazonas Sustentável
Simone Valadares – Secretaria Executiva da Rede Nacional Primeira Infância/ Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP)

Informações sobre a Microcefalia

A microcefalia é uma malformação congênita, ou seja, quando o cérebro não se desenvolve de maneira adequada.

O Ministério da Saúde confirmou em 28 de novembro passado, a relação entre o Zika Vírus e o surto de microcefalia. Já foram notificados, até 5 de dezembro, 1761 casos suspeitos de microcefalia, identificados em 422 municípios de 14 unidades da federação. Os casos são liderados por Pernambuco com 804 casos, seguidos por Paraíba (316), Bahia (180), Rio Grande do Norte (106), Sergipe (96), Alagoas (81), Ceará (40), Maranhão (37), Piauí (36), Tocantins (29), Rio de Janeiro (23), Mato Grosso do Sul (9), Goiás (3) e Distrito Federal (1). Também foram informados 19 óbitos notificados de bebês com microcefalia, e suspeita de infecção pelo vírus Zika. Estes casos ainda estão sendo investigados para confirmar a causa dos óbitos.

As investigações buscam agora identificar questões como a transmissão do agente, a sua atuação no organismo humano, a infecção do feto e período de maior vulnerabilidade para a gestante.

O governo federal criou um Grupo Estratégico Interministerial de Emergência em Saúde Pública, de importância Nacional e Internacional que envolve 19 órgãos e entidades. E como resultado do trabalho deste grupo foi lançado em 5 de dezembro o [Plano Nacional de Enfrentamento à Microcefalia](#) que é dividido em três eixos:

1. Mobilização e Combate ao Mosquito;
2. Atendimento às Pessoas; e

O Uso de Repelentes em Gestantes e Crianças

O uso de repelentes em gestantes tem sido alvo de muitas discussões, trazendo confusões à sociedade em geral. A Anvisa divulgou, em 7 de dezembro, uma nota para esclarecer as dúvidas surgidas sobre o uso de repelentes:

...não há, dentro das normas da Agência, qualquer impedimento para a utilização destes produtos por mulheres grávidas, desde que estejam devidamente registrados na Anvisa e que sejam seguidas as instruções de uso descritas no rótulo.

Estudos conduzidos em humanos durante o segundo e o terceiro trimestres de gestação, e em animais durante o primeiro trimestre, indicam que o uso tópico de repelentes à base de n,n-Dietil-meta-toluamida (DEET) por gestantes é seguro.

A Anvisa alertou ainda que os repelentes não devem ser usados em crianças menores de dois anos. [Saiba mais sobre a recomendação da Anvisa](#)

A Sociedade Brasileira de Pediatria também recomenda que NÃO PODE usar repelente o tempo todo na criança:

- Menores de 6 meses não devem usar – conversar com o pediatra;
- Entre 6 meses e 2 anos – liberado os com IR3535 – 1 vez ao dia;
- Entre 2 e 7 anos – todos liberados – usar até 2 vezes ao dia;
- Maiores de 7 anos – todos liberados – usar até 3 vezes ao dia.

3. Desenvolvimento Tecnológico, Educação e Pesquisa. Essas medidas emergenciais serão colocadas em prática para intensificar as ações de combate ao mosquito.

Para apoiar a sociedade, gestantes, gestores e profissionais de saúde. O Ministério da Saúde fez as seguintes recomendações:

Para a população em geral:

- Combater criadouros do mosquito *Aedes Aegypti* na sua rotina diária;
- Realizar vistorias nas residências, tanto dentro da casa quanto em quintais, para eliminar recipientes que possam acumular água parada;
- Utilizar repelentes de pele;
- Instalar telas de proteção em portas e janelas;
- Manter-se vigilante quanto à limpeza do seu bairro. Se vir um acúmulo de lixo ou entulho, ou qualquer recipiente com a larva do mosquito, denuncie aos conselhos de saúde, ou disque saúde 136;
- O Ministério da Saúde lançou a campanha "Sábado da Faxina - Não dê folga para o mosquito da dengue". [Acesse a campanha e participe.](#)

Recomendação para as Gestantes:

- Não consumir bebidas alcoólicas ou qualquer tipo de drogas;
- Não utilizar medicamentos sem orientação médica;
- Evitar contato com pessoas com febre, manchas vermelhas ou infecções;
- Proteger-se de mosquitos com medidas individuais, como manter portas e janelas fechadas, ou teladas, usar calças e camisas de mangas compridas e utilizar repelentes indicados para o período da gestação (atenção às instruções no rótulo) e verifique a [nota da ANVISA sobre o uso de repelentes](#).
- Manter acompanhamento das consultas pré-natal e realizar todos os exames solicitados pelo seu médico.

Recomendação para as Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde:

- Acompanhar os estudos, pesquisas, Boletins Epidemiológicos e Protocolos diariamente no [Portal do Ministério da Saúde](#);
- Adotar medidas imediatas para implantação do [Protocolo de Vigilância e Resposta à Ocorrência de Microcefalia relacionada à infecção pelo vírus Zika](#);
- Identificar e estabelecer em cada unidade da federação serviços de saúde de referência e o fluxo de atendimento aos pacientes;

- Divulgar aos profissionais de saúde definição padronizada de casos suspeitos de microcefalia e orientações para assistência adequada aos pacientes;
- Notificar imediatamente os casos suspeitos por meio do formulário de registro de eventos de saúde pública referente as microcefalias (RESP-Microcefalias) no link <http://www.resp.saude.gov.br> e no Sinasc, conforme orientação;
- Divulgar para a população, em especial mulheres em idade fértil e as gestantes, medidas de proteção individual, mesmo sem evidências até o momento de relação causal de qualquer enfermidade e agravo prévio;
- Reforçar as ações de prevenção e controle vetorial em áreas urbanas e periurbanas, conforme estabelecido nas diretrizes nacionais do Programa Nacional de Controle da Dengue;
- Obter informações atualizadas e adicionais sobre a situação epidemiológica do país por meio do boletim epidemiológico que será divulgado semanalmente no link <http://www.saude.gov.br/svs>.

Recomendação a serviços e profissionais de saúde:

- Realizar ampla divulgação a todas as gestantes e mulheres em idade fértil, com possibilidade de engravidar;
- Atentar-se para o calendário vacinal do Programa Nacional de Imunização do Ministério da Saúde e verificar quais são recomendadas para a faixa etária e idade gestacional;
- Lembrar-se que as vacinas têm um período que varia entre 10 dias e 6 semanas, até atingir a proteção esperada, para aplicação com a devida antecedência;
- Informar a gestante sobre o uso de medicamentos com potencial teratogênico;
- Orientar sobre a necessidade de atenção sobre a natureza e a qualidade daquilo que a gestante ingere (água, alimentos, medicamentos), consome ou tem contato e o potencial destes produtos afetarem o desenvolvimento do bebê;
- Alertar em todo o contato com a gestante sobre a necessidade de ela se prevenir da picada de insetos e eliminar possíveis criadouros;
- Tomar as providências cabíveis em razão de qualquer alteração no estado de saúde da gestante, principalmente no período de até o 4º mês de gestação, ou na persistência de doenças pré-existentes nesta fase;
- Orientar a gestante sobre o uso adequado de repelentes.